

# A DIVERSIDADE E A REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Mary Rangel \*

## RESUMO

Este artigo tem o objetivo de construir uma argumentação sobre a importância do respeito e acolhimento à diversidade, como direito humano e sociopolítico, assinalando-se que a reivindicação desse direito é uma proposta comum de ONGs e movimentos sociais. A metodologia é recorrente ao ensaio, com encaminhamento teórico-analítico. Observa-se que as ONGs fortalecem os movimentos sociais e ambos, conforme os exemplos apontados neste texto, promovem a mobilização em favor da diversidade. Considera-se, na perspectiva arendtiana, a relevância política da mobilização da sociedade e do atendimento a seus interesses, compreendendo esse atendimento como requisito de legitimação dos governos. Ressalta-se, então, a relevância do amplo movimento social de 2009, que mobilizou educadores, associações e representantes de várias instâncias da sociedade em vista de propostas à Conferência Nacional de Educação (CONAE) e seus indicativos à Reforma do Sistema Educacional Brasileiro. Abordam-se, nesse movimento, os seus eixos temáticos de discussão e neles, a reivindicação de direitos e a ênfase no respeito à diversidade.

**Palavras-chave:** Diversidade – ONGs – Movimentos sociais – CONAE

## ABSTRACT

### THE DIVERSITY IN THE SOCIAL MOVEMENTS AND THEIR DEMANDS FOR RIGHTS

This article aims to argue about the importance of respecting and welcoming diversity, as a human and sociopolitical right, emphasizing that claiming this right is a common proposal to NGO and social movements. It takes the form of an essay with a theoretical-analytic background. We have observed that NGO strengthen the social movements and that both, as seen in the examples set in this text, promote mobilization in favor of diversity. We have considered, within the Arendtian perspective, the political relevance of the mobilization of society and fulfillment of their interests, highlighting this treatment as a requirement to legitimize the governments. We also have highlight, the relevance of the wider social movement in 2009, which has mobilized educators, associations and representatives of several instances of society in terms of proposals to the National Conference of Education/ and its influences in the Reform of the Brazilian Educational system. We have analyzed, within this movement, the thematic area of discussion and how they relate to rights claim emphasis in respecting diversity.

**Keywords:** Diversity – NGO – Social Movements – NCO

---

\* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ. Pós-Doutorado em Psicologia Social pela PUC/ SP. Professora Titular da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora Pedagógica dos cursos de graduação da UNILASALLE.

## Introdução

Este estudo desenvolve-se como um ensaio teórico-analítico por meio do qual analisam-se a consideração e o respeito à diversidade como fortes apelos sociais dos tempos contemporâneos, caracterizados por um mundo plural. A mobilização em prol do acolhimento à diversidade é focalizada neste estudo, situando-a no âmbito de Organizações Não Governamentais (ONGs) e também no amplo Movimento Social que precedeu a Conferência Nacional de Educação (BRASIL, 2009).

Os Movimentos Sociais, que assumem, nos seus projetos e atividades, a reivindicação de direitos, são realçados na teoria política de Hannah Arendt (2008). Na teoria arendtiana, assinala-se que o espaço político é o espaço da ação, da comunicação e *mobilização social*. O poder político torna-se legítimo quando atende aos apelos da sociedade e prioriza os seus direitos. Esse é o sentido e o propósito da *autoridade política*: uma qualificação atribuída aos governantes pelo povo, correspondendo à confiança que neles deposita. Também nesse sentido observa-se que o desrespeito aos direitos públicos, a discriminação e subalternidade de grupos e a colonialidade das nações configuram um contexto no qual a “autoridade” não tem o respaldo popular e é substituída pelo autoritarismo (ARENDR, 1980). Com essas considerações introdutórias, exemplificam-se ONGs e Movimentos Sociais brasileiros que promovem reivindicações sociopolíticas, com o cuidado de, inicialmente, observar que, embora as ONGs constituam fóruns de discussão e apelos políticos significativos, há reticências quanto à sua concepção como Movimentos Sociais. Contudo, as ONGs são espaços que *fortalecem os Movimentos* (CABRAL, 2009).

### Respeito à diversidade: o papel das ONGs e dos Movimentos Sociais

Antes de iniciar a exemplificação que se pretende neste segmento do estudo, considera-se relevante reafirmar a ressalva quanto à concepção de Organizações Não Governamentais (ONGs) como Movimentos Sociais. Nesse sentido, Cabral (2009), baseado no título sugestivo de seu estudo – *Movimentos Sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo existe* – observa:

Será especialmente salientada a tensão introduzida na relação entre ONGs e movimentos sociais, onde vemos que, se por um lado as ONGs se referenciam cada vez mais no interior da sociedade civil, gerando espaços de aprofundada discussão sobre temas relativos a etnias, gênero, crianças e adolescentes, ao meio ambiente, às questões urbanas e rurais, à comunicação, à educação, aos direitos humanos... por outro elas não reivindicam para si um espaço de militância, na medida em que não se comprometem com a direção política dos movimentos sociais (CABRAL, 2009, p.1).

Os estudos que se apresentam em Avritzer (1994) corroboram a importância política dos Movimentos Sociais como encadeadores de reflexões e debates que sustentam a reivindicação de direitos, enquanto processo relevante de expressão e participação democrática da sociedade. Gohn (1995) revê a história dos Movimentos Sociais no Brasil, ressaltando as lutas por direitos, a mobilização dos sujeitos políticos nessas lutas, observando os Movimentos como forma de construção da cidadania e visibilização de impasses e emperramentos que constituem obstáculos à vida cidadã. Em *Teoria dos Movimentos Sociais*, a autora analisa paradigmas clássicos e contemporâneos que esclarecem e realçam concepções dos Movimentos, contribuindo à maior abrangência de sua compreensão e valorização política (GOHN, 1997).

Os trabalhos que se encontram em Alvarez, Dagnino e Escobar (1997) acrescentam argumentações consistentes sobre a cultura e a política enquanto construções e manifestações dos Movimentos Sociais na América Latina, destacando a relevância desses Movimentos como meios de organização democrática da sociedade civil. A recorrência a esses aportes teóricos permite sustentar a compreensão da CONAE como Movimento Social que, não só expressou fortemente direitos políticos a serem assegurados ao campo educacional, como suscitou, no ano anterior, uma série de Movimentos, que constituíram as Conferências que a antecederam e encaminharam questões significativas ao debate da Reforma. Quanto à concepção das ONGs, volta-se a Cabral (2009) para observar que essas organizações têm assumido função de assessorar Movimentos Sociais, comprometendo-se com suas causas, suas propostas, e desenvolvendo, com esses

Movimentos, atividades em parceria, porém sem submeter-se às suas diretrizes e decisões e sem assumir seu direcionamento político.

“As entidades representativas dos Movimentos (sindicatos e associações de moradores, por exemplo) têm íntimo envolvimento político com decisões e questionamentos que levantam”. Esse aspecto distingue-se da ação das ONGs, cuja característica é a da “autonomia com compromisso para com a sociedade civil organizada.” Nesse sentido, então, as ONGs constituem-se como “agentes de capacitação política” e não se envolvem, ou comprometem-se com a “organização das estratégias de atuação dos Movimentos” (CABRAL, 2009, p.2). É oportuno, então, reconhecer que as ONGs fortalecem a luta dos Movimentos, porque promovem experiências e estudos sobre eles, e também baseados neles, incentivando, desse modo, a atenção dos governos a políticas públicas em favor de direitos reivindicados pelos Movimentos Sociais. Entre esses direitos destaca-se, hoje, com especial ênfase, o de respeito e de acolhimento à diversidade. Exemplificam-se, então, a seguir, algumas ONGs e Movimentos Sociais com essa mesma ênfase.

### **Alguns exemplos dos temas da diversidade nas reivindicações de ONGs e Movimentos Sociais**

Apenas a título de exemplificar e demonstrar a ênfase no respeito à diversidade como apelo que mobiliza fóruns de discussão política, reveem-se, de modo pontual, algumas ONGs e Movimentos Sociais que assumem, com diferentes focos temáticos, esse apelo e suas lutas. A luta pelos Direitos das Mulheres é incrementada nos anos 1990, assim como as ONGs que a assumem, observando-se a crescente profissionalização e especialização dessas ONGs. Também nos anos 1990, consolidam-se novas formas de organização e mobilização sustentadas pela criação de redes, com fluxo setorial, regional e nacional, exemplificando-se a *Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)*, da *Rede Saúde e de Articulações de Trabalhadoras Rurais e Urbanas*. A AMB envolve pesquisadores, negros, religiosos, lésbicas, além de outras participações. O respeito à

diversidade constitui expressivo apelo na luta pela equidade nas relações de gênero (LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES, 2008, p. 3).

A luta pela “inclusão das diversidades, minorias e excluídos sociais” é assumida pela *ONG MDS/Educação, Saúde, Direitos Humanos e Inclusão das Diversidades*. Entre os serviços promovidos pela MDS incluem-se o “Disque AIDS MDS”, que responde a dúvidas e orienta sobre a prevenção de DST/HIV/AIDS e hepatites virais e informa sobre locais em que se realizam testes de HIV e locais de internações. Outro serviço, em fase de implantação pela ONG MDS, é o de “O ADVOCACY”, que consiste numa rede comunitária para atendimentos e orientações sobre prevenção de doenças e sobre o acesso a serviços públicos disponíveis. A cidadania e a defesa de direitos humanos associam-se à luta pelo respeito à diversidade, no âmbito da identidade de gênero e da orientação sexual (ONG MDS, 2009). A luta pelo respeito à diversidade de orientação sexual é também assumida por ONGs como a *Arco-Íris*, que promove estudos significativos nesse campo especialmente sensível de inclusão e de direitos humanos, sociais, políticos, frequentemente desrespeitados. As pesquisas promovidas pela *Arco-Íris* demonstram uma dimensão expressiva de violências, agressões, assassinatos de homossexuais, que sofrem discriminações em ambientes da sociedade, incluindo ambientes de trabalho e de família (ONG ARCO-ÍRIS, 2009).

A luta pela Consciência Negra é propósito dos estudos e mobilizações sociais da ONG *Movimentação*, que se apresenta como “Associação Humanística de Ação Social, Cultural e Educativa”, entidade classificada no “Prêmio Cultura Viva” e no Programa “Pontos de Leitura”, que constituem projetos do Ministério da Cultura (PRUDÊNCIO, 2009, p.1).

A ONG *Movimentação* promove a *Caravana da Restauração Social*, com eventos artísticos e culturais em favor do respeito à diversidade étnico-racial. O *Grupo da Biblioteca do Negro*, o *Grupo Capoeira de Angola Sabedoria Popular e Griô Prudêncio*, o *Grupo NUPA*, de Artistas Plásticos e artesãos de Arroio dos Ratos são alguns dos que participam em eventos da ONG (NÚCLEO DA ONG MOVIMENTAÇÃO, 2009, p.1-3).

A luta pela diversidade sociocultural, com atenção aos direitos indígenas, também se expressa em Movimentos, como o da *Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque* (APIO). Parte dos apelos da APIO dirige-se à prudência na mineração em suas terras, que ameaça a água, os rios, a vida dos peixes. A APIO conta com o apoio da ONG *Instituto Socioambiental* (ISA) e do *Conselho Indigenista Missionário* (CIMI), e com a *Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira* (COIAB). Assim, ONGs e Movimentos Sociais unem-se em favor da regulamentação da atividade econômica nas áreas indígenas (ARAUJO JUNIOR, 2007).

Nessa sequência de mobilizações, contempla-se, também, a ONG *Centro de Apoio e Solidariedade à Vida* (CASVI), na qual destaca-se o *Projeto Vivendo a Diversidade*, que conta com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC/SECAD) e com auxílio do *Programa Municipal de DST/AIDS de Piracicaba*, por meio do *Plano de Ações e Metas* (PAM) nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento social. A ONG e seu *Projeto Vivendo a Diversidade* desenvolvem ações de promoção da saúde e de prevenção e garantias de direitos humanos e políticos em favor do respeito à identidade de gênero e orientação sexual (ONG CASVI, 2009, p.2). Esse conjunto de exemplos, embora alcance apenas uma pequena parcela dos fóruns de mobilização social, demonstra a dimensão de importância atribuída à diversidade, seus direitos, sua qualificação político-social como temas de expressivos apelos e motivações à ação das ONGs e Movimentos Sociais. A mesma importância foi atribuída pela ampla mobilização social realizada durante o ano de 2009, em vista de propostas à Conferência Nacional de Educação (CONAE) (BRASIL, 2009).

### **Eixos de discussão do amplo movimento social que antecedeu a CONAE/2010 e a ênfase no respeito à diversidade.**

Neste segmento, focalizam-se os eixos de discussão do amplo movimento social que mobilizou, durante o ano de 2009, educadores e representantes de diversos órgãos e instâncias da sociedade brasileira em Conferências Municipais, Intermunicipais

e Estaduais de Educação, no intuito de reunir propostas e levá-las à Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em final de março e início do mês de abril de 2010, em Brasília, DF. Os eixos temáticos de discussão social da Reforma foram propostos no “Documento Referência”, publicado em 2009, com o título CONAE. “*Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*” (BRASIL, 2009). Suscitou-se, portanto, um Movimento Social que trouxe ao debate da Reforma reivindicações significativas de direitos. Os eixos temáticos desse debate apresentam-se a seguir, notando-se, em comum, a intercomplementaridade das suas proposições.

- *Qualidade da educação e gestão democrática das instituições:*

Neste eixo, destacaram-se valores de preservação, nas instituições, de um espaço político de discussão de direitos, consubstanciados em princípios e práticas de garantia igualitária de oportunidades educacionais aos alunos e, associadamente, de garantia de participação dos professores e da comunidade nas decisões e ações em seu favor. A educação com qualidade pedagógica e social, a superação de processos que elitizam e excluem, a relação entre o sistema educacional e o sistema de produção, no interesse da distribuição equânime de bens materiais, do domínio de tecnologias e do acesso ao mundo do trabalho, assim como a articulação das práticas educativas com as práticas sociais e políticas (incluindo a definição de ações do poder público em prol da produção e ensino do conhecimento, das ciências, das artes e das culturas) foram ênfases fortes desse eixo de discussão. Assim, focalizaram-se a gestão democrática e a promoção da igualdade de direitos, destacando-se a superação de processos elitizantes e excludentes na educação e na sociedade e propondo-se, nesse sentido, que as instituições educacionais constituam-se como instâncias de formação de valores, princípios e práticas de inclusão.

- *Democratização do acesso, permanência e sucesso:*

No eixo da democratização do acesso, é interessante notar a atenção, nos debates, não só

ao ingresso dos alunos no sistema educacional, como a sua permanência, com aproveitamento. O termo “sucesso” referiu-se, então, à qualidade do conhecimento e das condições de aprendizagem oferecidas aos alunos. Observou-se, também, nesse eixo, a relação entre acesso, permanência e sucesso no sistema educacional, em nível básico e superior. A condição de ingressar no sistema educacional associou-se à condição de nele permanecer e, nesse sentido, à superação do problema da evasão, por desestímulo e desistência, de expressivos efeitos pessoais e sociais na frustração do aluno e da família. Acesso, permanência e sucesso referiram-se, portanto, a um real aproveitamento escolar e acadêmico. Desse modo, associaram-se, nesse eixo, as dimensões política, humana e didática do processo educacional.

- *Formação e valorização dos profissionais da educação:*

Nesse eixo, ressaltou-se, nas discussões, que a formação e valorização docente associam-se. Propôs-se a superação de iniciativas individuais de formação e atualização dos professores e destacou-se a necessidade de políticas públicas que as garantam. Incluíram-se, nos direitos a serem assegurados, o plano de carreira, a jornada de trabalho, o nível salarial condizente com a valorização do magistério. Nesse sentido, a formação deve ser compreendida como processo inicial e continuado, como direito político e como dever do Estado.

Assim, nesse eixo de discussão, o Movimento Social em favor de reformas significativas e necessárias da educação brasileira e do seu fortalecimento político propôs ampliar o papel da União e seu compromisso com a oferta de oportunidades de formação para o exercício competente do magistério em todos os níveis, da educação infantil ao superior. Propôs-se, também, que se institua o Fórum Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério, no intuito de constituir-se em *mobilização permanente dos educadores*, no interesse da gestão realmente democrática e participativa do trabalho educacional, em todos os segmentos e espaços de sua realização.

Na mesma perspectiva, as discussões desse eixo propuseram reformas significativas nos Planos da

Educação Brasileira e reforçaram a importância do aperfeiçoamento de processos de ação colaborativa e responsável entre União, Estados e Distrito Federal, visando a melhores condições de funcionamento das faculdades, institutos e centros de educação das instituições universitárias, com especial consideração a projetos de formação inicial e continuada dos professores e ao necessário aumento das vagas nas universidades públicas para cursos de graduação e pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado.

Destacaram-se, ainda, nos apelos sociais da Reforma: que se definam, clara e responsabilmente, as funções políticas e pedagógicas das universidades públicas, visibilizando-as para a sociedade; que se ofereçam recursos e incentivos a professores e alunos dos cursos de licenciatura; que se assegurem espaços de estágio, articulando a rede de escolas básicas à universidade; que sejam implementados programas que viabilizem bolsas de estudo para os alunos, tanto os de licenciatura como os de mestrado e doutorado, privilegiando-se professores da rede pública que estejam fazendo esses cursos.

- *Financiamento da educação e controle social:*

Nesse eixo, reafirmou-se a ênfase na educação como direito social e dever do Estado e da família, e ressaltou-se a importância de definições que assegurem as fontes e percentuais de financiamento no interesse de, realmente, universalizar a educação básica de qualidade e ampliar o acesso à educação superior, garantindo-se condições equânimes, sociais e regionais, de exercício do direito à educação. Considerou-se, então, que o financiamento apropriado à garantia de recursos suficientes, necessários à qualidade das práticas e processos educacionais, constitui a base, o pré-requisito para o funcionamento do sistema nacional de educação, em nível infantil, fundamental, médio e superior, garantindo-se as metas previstas no Plano Nacional de Educação e superando-se, nesse sentido, a distância, evidenciada historicamente, entre propostas normativas e ações concretas. Assinalou-se, desse modo, com veemência, que para o acesso equitativo e universal à educação básica e a elevação substancial de alunos matriculados na educação superior pública, urge aumentar o montante estatal

de recursos investidos na área, além de solucionar o desequilíbrio regional.

- *Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade:*

O eixo da “justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade” constituiu-se de núcleos substanciais das propostas que emergiram do Movimento Social por reformas educacionais que, em seus termos e práticas, promovam melhores condições de vida cidadã. É relevante notar, neste eixo, que o respeito à diversidade como direito foi associado aos valores de justiça social e de dignidade nas condições do trabalho, recebendo uma particular consideração nas discussões da Reforma, ressaltando-se a importância de avanços necessários à vida e convivência em tempos que requerem a superação das desigualdades sociais, em todo o seu contorno e manifestações. Desse modo, a leitura dos eixos temáticos da discussão promovida pelo Movimento Social preparatório à CONAE permite notar que o eixo que contempla a justiça social, com atenção à inclusão, o respeito à diversidade e à garantia de igualdade de direitos é um dos focos centrais e prioritários das propostas encaminhadas pelo movimento. *Esse eixo temático permeia e percorre todos os demais.*

Confirmou-se, portanto, a especial ênfase na inclusão, no combate a preconceitos e discriminações, assim como às arbitrariedades e opressões decorrentes de interesses hegemônicos que contaminam diversas instâncias da sociedade, gerando concentração de riqueza e permitindo processos discricionários, que se manifestam nos planos existenciais, culturais, profissionais, políticos, econômicos. Por isso, foi destacada a articulação entre justiça social, educação, trabalho, diversidade, observando-se que o Estado democrático tem como propósito e compromisso fundamental a garantia de condições de equidade. Consolidou-se, desse modo, o entendimento de que essas condições são essenciais aos tempos contemporâneos, nos quais a pluralidade constitui-se em característica a ser reconhecida, valorizada, acolhida, respeitada.

Espera-se, portanto, que no século XXI, várias categorias sociais, que devido a diferenças étnicas, raciais, culturais, de identidade de gênero e de

orientação sexual têm, historicamente, recebido estigmas, preconceitos, discriminações, sejam compreendidas mais profunda e amplamente, para que não permaneçam submetidas a circunstâncias e fatores de exclusão. Assim, no Movimento Social, para que os termos da Reforma sejam formulados de modo significativo, realçaram-se as ações afirmativas em favor da superação de desigualdades sociais de toda natureza. Nessa perspectiva, propôs-se que as questões da diversidade recebessem atenção em todos os ambientes sociais e, especialmente, nos ambientes e instituições educativas, nas quais realiza-se a formação humana para a inclusão e a cidadania.

Reafirmou-se, então, nas discussões que mobilizaram os educadores em vista de definições dos novos termos do Sistema Articulado da Educação Básica e Superior, a preocupação da sociedade com políticas que garantam o acolhimento às diferenças, entendendo-as como direito da vida humana e vida cidadã, a ser orientado e preservado por parâmetros de justiça social. Em favor desse direito, destacou-se a superação de posições radicais, fundamentalistas, que acirram preconceitos, discriminações e intolerâncias. Também em prol de ações de inclusão, ressaltou-se que os seus princípios e proposições devam integrar, com especial ênfase, os Planos de Desenvolvimento Institucional da Educação e os Projetos Político-Pedagógicos das escolas e das universidades.

O que se espera e propõe, portanto, é a prioridade à educação inclusiva em todos os segmentos da formação escolar e acadêmica, de modo que esteja presente e valorizada nos termos normativos dos Planos e Projetos e nas ações que os efetivam. Assim, a formação docente inicial e continuada deverá contemplar as várias faces da diversidade, visibilizando-as nas práticas pedagógicas, incluindo as da educação indígena, da educação *do e no* campo, da educação para a preservação do meio ambiente, assim como aquelas voltadas para a atenção a pessoas com deficiência. Nesse conjunto de manifestações da diversidade, incluem-se a consideração e qualificação da identidade de gênero e da orientação sexual.

Conseqüentemente, foi também observado no debate social da Reforma que as práticas socioeducacionais de inclusão requerem pesquisas que

aprofundem e ampliem concepções e perspectivas da educação para a melhoria das relações étnico-raciais, étnico-culturais, étnico-religiosas, assim como para atendimento às questões da educação de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos em situação de vulnerabilidade social. Solicitou-se, desse modo, o fortalecimento de políticas que possibilitem a ampliação de linhas de pesquisa nos cursos de graduação e pós-graduação, de modo que o conhecimento produzido alcance, com sustentação teórica e metodológica, os vários fundamentos e princípios da vida e convivência solidárias num mundo de significativas expressões da diversidade. Confirmou-se, portanto, a importância de que a produção de conhecimento e a formulação dos planos e projetos político-pedagógicos que orientam as ações educativas contemplem, com sensibilidade política e qualidade pedagógica e social, os parâmetros de justiça e de equidade, indispensáveis à inclusão e respeito às diferenças.

Quanto às relações étnico-raciais, o que se discutiu e propôs foi, sobretudo, a garantia da criação de condições políticas e financeiras, com o objetivo de que se efetive, nos termos e nas práticas, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, alcançando os vários níveis e instâncias do sistema de ensino, de modo que suas propostas sejam efetivamente implementadas, desde a educação infantil até a educação superior.

Quanto à educação especial, enfatizou-se, essencialmente, a garantia de que o sistema educacional, em suas redes de escolas e universidades, e em suas instâncias de decisão e normatização, acolha alunos com necessidades especiais e diferentes tipos de comprometimento físico e mental, de forma realmente inclusiva, de modo a reafirmar as instituições educacionais como espaços privilegiados de formação de valores e atitudes de qualificação da diversidade, como direito da vida cidadã.

Quanto à educação do campo, destacou-se a importância de superar as deficiências que se constatam na atenção política às suas condições e recursos, de modo que o tratamento das necessidades do ambiente urbano e ambiente rural não apresente descuidos, desigualdades e discrepâncias.

Quanto à educação indígena, sublinhou-se a criação de mais cursos de formação docente em nível superior, ampliando-os para além de programas específicos do Ministério da Educação. Enfatizaram-se também ações políticas, no intuito de que seja assegurada a oferta de educação básica às comunidades indígenas, numa perspectiva intercultural, porém preservando-se o respeito a seus valores, hábitos e crenças. Propôs-se, então, o aumento das escolas nessas comunidades, ressaltando-se também a importância de proporcionar a oferta de cursos nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Quanto ao meio ambiente, ressaltou-se a importância de estudos e projetos nas instituições de educação básica e superior, com atenção a temas atuais e prementes para a preservação da vida humana e de condições socioambientais que a mantenham com qualidade e dignidade, entendendo-se que as condições do meio ambiente social e do meio ambiente natural associam-se e interferem mutuamente nos seus fatores e consequências.

Quanto à discussão de gênero, destacou-se a necessidade de uma compreensão mais abrangente e fundamentada, e de ações políticas e pedagógicas em favor da superação de preconceitos geradores de exclusão, arbitrariedades e violências, em suas várias manifestações. Assim, a questão da identidade de gênero foi particularmente acentuada em seus princípios e direitos, a serem previstos e preservados nos critérios normativos e na ação dos educadores.

Quanto à educação de jovens e adultos, solicitou-se, enfaticamente, o apoio político, no intuito de garantir a sua oferta e consolidação, orientada para a formação integral (física, intelectual, social), a ser proporcionada com seriedade e compromisso dos governos com as condições que assegurem a qualidade de seus cursos e projetos, assim como dos cursos e projetos das universidades para a formação de professores nessa área de expressiva relevância socioeducacional.

## Comentário conclusivo

As análises desenvolvidas neste estudo exemplificam e demonstram a importância do Movimento Social que propiciou a discussão de propostas po-

líticas e de reivindicações de direitos, em vista da Reforma Educacional Brasileira e de definições do Sistema Articulado da Educação Básica e Superior. Esse Movimento contemplou temas candentes da humanização da sociedade e do próprio sentido sociopolítico (e também humanizante) da educação. Em favor dessa humanização, destaca-se, mais uma vez, a relevância do eixo de discussão da “justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade”. O campo da educação e suas reformas incorporam, necessariamente, os direitos públicos a serem garantidos a todos os cidadãos, de modo que suas singularidades e diferenças não justifiquem tratamentos desiguais e perdas desses direitos, seja no trabalho, seja nas relações sociais.

A diversidade tem muitas faces e muitos apelos assumidos por Movimentos Sociais e fortalecidos pelas ONGs, esperando-se que realmente sensibilizem os governos e incorporem-se às prioridades das decisões e práticas políticas. As lutas sociopolíticas são necessárias ao enfrentamento

de discriminações que se traduzem na violência, na opressão, na perda de direitos de quem não atende a padrões hegemônicos e excludentes de valorização e qualificação social. As questões da diversidade são muitas e o seu contorno é amplo e complexo. Além das questões socioeconômicas, culturais, étnico-raciais, religiosas, de características físicas e mentais dos indivíduos e outras tantas referidas às diferenças e singularidades dos seres humanos, é preciso considerar a diversidade ecológica, a geográfica, a biodiversidade e outras que se manifestam na natureza.

Cada uma das manifestações da diversidade incorpora uma gama de fatores e circunstâncias que têm suscitado dos Movimentos Sociais e das ONGs uma *ação expressiva* em favor de políticas que consolidem e asseverem direitos em prol do respeito à vida e à humanidade. Assim, ao concluir este estudo, destaca-se, especialmente, o reconhecimento do valor social e político dessa ação.

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (Org.) **The cultural and political in the Latin American social movements**. Boulder: Westview Press, 1997.
- ARAUJO JUNIOR. **ONGs e índios temem degradação de áreas indígenas**. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://webradiobrasilindigena.wordpress.com/2007/12/13/ongs-e-indios-temem-degradacao-de-areas-indigenas>>. Acesso em: 28 abr. 2010.
- ARENDRT, H. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O sistema totalitário**. Lisboa: Dom Quixote, 1980.
- AVRITZER, L. (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BRASIL. Ministério de Educação. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação: diretrizes e estratégias de ação**. Brasília,DF: Imprensa Oficial, 2009. Documento-Referência.
- CABRAL, Adilson. **Movimentos sociais: as ONGs e a militância que pensa**. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.comunicação.pro.br/artcon/movsocong.htm>>. Acesso em: 7 maio 2010.
- GOHN, M. da G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- LUTA pelo direito das mulheres. [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/luta.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2010.
- NÚCLEO da ONG Movimentação. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://ongmovimentacao-movimentacao.blogspot.com/>>. Acesso em: 26 abr. 2010.



ONG Arco-Íris. 2009. Disponível em: <<http://www.operacaoarcoiris.org.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2010.

ONG CASVI. [S.l.], 2009. **Vivendo a diversidade**. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.casvi.com.br/page6.php>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

ONG MDS. 2009. **Educação, saúde, direitos e inclusão das diversidades**. Disponível em: <<http://ongmds.blogspot.com/>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

PRUDÊNCIO, J. C. A. Quem sou eu. In: **Núcleo da ONG Movimentação**. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://ongmovimentacao-movimentacao.blogspot.com/2009/11/ong-movimentacao-mes-da-consciencia.html>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

Recebido em 22.05.10

*Aprovado em 28.06.10*